

Por [Jurandir Sell Macedo](#)

A década de 1990 foi, para mim, um período de intensidade excessiva. Havia muito trabalho, estudo, responsabilidades profissionais, os nascimentos dos meus dois filhos e a construção da minha casa, tudo ao mesmo tempo. Ao fim daqueles anos, veio o esgotamento. Foi justamente nesse contexto que comecei a me interessar mais profundamente por um tema que acabaria marcando minha trajetória: por que pessoas inteligentes tomam decisões ruins, em áreas tão importantes da vida? Essa inquietação me levou às finanças comportamentais, campo no qual tive a felicidade de estar entre os pioneiros no Brasil.

Uma das contribuições mais valiosas das finanças comportamentais foi mostrar que os erros financeiros mais sérios raramente decorrem apenas da falta de informação. Eles costumam nascer de traços bem humanos: a procrastinação, o excesso de confiança, a dificuldade de lidar com temas desconfortáveis e a tendência de sacrificar o futuro em nome da sensação de liberdade, no presente. Entre o que é importante e o que é urgente, o urgente quase sempre vence.

Poucas decisões ilustram tão bem esse mecanismo quanto a escolha entre aderir ou não à previdência complementar. Trata-se de uma definição com enorme impacto patrimonial e tributário, mas que geralmente é tratada com superficialidade. Em vez de análise, entram emoções. Em vez de estratégia, entram palpites. E basta uma rápida pesquisa nas redes sociais para encontrar muitos defensores da ideia de investir por conta própria é melhor do que aderir à previdência.

É para examinar essa crença que proponho uma simulação. Não se trata de um caso real, mas de um exercício comparativo construído em bases equivalentes. Bruna e Camila são personagens fictícias. Ambas ingressaram no Poder Judiciário da União, no início de 2025, com o mesmo cargo, a mesma remuneração e a mesma situação familiar.

Cada uma recebe R\$ 28 mil por mês e mais duas parcelas de R\$ 14 mil, referentes ao 13º salário. Ao fim do ano, a renda bruta anual de cada uma soma R\$ 364 mil. Ambas têm um dependente, R\$ 24 mil em despesas médicas e R\$ 20 mil em gastos com educação do filho. Uma resolve aderir à previdência, outra resolve investir por conta própria.

Bruna adere à Funpresp-Jud, como participante patrocinada. Escolhe o perfil de investimento Horizonte 2050, faz a contribuição regular máxima de 8,5% e acrescenta uma contribuição adicional indicada no simulador de benefícios fiscais, disponível do Portal do Participante da Fundação. Já Camila decide investir exatamente os mesmos valores por conta própria. Para tornar a comparação mais exigente à previdência complementar, adoto uma hipótese favorável à alternativa individual: Camila consegue, ao longo do ano, rentabilidade equivalente a 100% do CDI, resultado que até mesmo profissionais têm dificuldade de alcançar.

O primeiro número relevante é o do esforço pessoal de poupança. Ao longo do ano, ambas investem R\$ 65.974,96. O ponto central, portanto, não está no tamanho do esforço financeiro, mas na estrutura de cada escolha.

É aí que surge o dado mais frequentemente negligenciado: a contrapartida do órgão patrocinador. No caso de Bruna, além dos R\$ 65.974,94 aportados por ela, entram mais R\$ 22.294,94 de contribuição patronal. Assim, o total direcionado à sua formação patrimonial, no ano, alcança R\$ 88.269,88. Camila, investindo sozinha, conta apenas com os próprios recursos. Em apenas doze meses, a diferença inicial entre as duas já é superior a R\$ 22 mil.

Esse ponto é decisivo. Ao recusar a Funpresp-Jud, não está apenas escolhendo outro tipo de investimento. Está abrindo mão de uma parcela concreta de formação patrimonial. Não é uma hipótese. É dinheiro efetivo que deixa de entrar na conta.

Quando a rentabilidade é incorporada à análise, o quadro continua favorável à previdência complementar. Considerando o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) de 2026 (R\$ 8.475,55), utilizado como premissa na simulação, e a rentabilidade do perfil Horizonte 2050, o saldo final de Bruna pode atingir R\$ 93.901,19. No caso de Camila, mesmo com rentabilidade equivalente a 100% do CDI, o saldo final chega a R\$ 69.768,22.

A diferença patrimonial ao fim de apenas um ano é de R\$ 23.376,89 a favor da opção pela Funpresp-Jud.

Esse número, por si só, já é bastante significativo. Em apenas doze meses, duas servidoras com a mesma renda e o mesmo esforço de poupança terminam em posições patrimoniais separadas por mais de R\$ 23 mil.

Mesmo sendo expressiva, essa diferença pode passar despercebida ao longo do ano. No entanto, ela se revela de forma clara na declaração do Imposto de Renda.

Nesse ponto, a vantagem da previdência complementar se torna ainda mais evidente. Bruna, graças ao tratamento tributário da Funpresp-Jud, encerra o ano com R\$ 61.886,30 de IR devido. Camila, sem o mesmo benefício fiscal, fecha o ano com R\$ 80.660,26. A diferença é de R\$ 18.773,96.

Em um único ano, a escolha pela Funpresp-Jud reduz em quase R\$ 19 mil a carga de Imposto de Renda. Esse dado, por si só, já deveria bastar para elevar o nível do debate. Porque uma decisão previdenciária não deve ser avaliada apenas pelo que rende, mas também pelo que preserva.

Quando se combinam as duas vantagens mais evidentes, o resultado se torna ainda mais expressivo. Bruna termina o ano com R\$ 23.376,89 a mais de patrimônio e paga R\$ 18.773,96 a menos de Imposto de Renda. Somadas, essas diferenças representam R\$ 42.150,85, em apenas um ano. Ela conseguiu acumular o equivalente a um mês e meio de salário a mais.

É nesse ponto que a lição das finanças comportamentais reaparece com força. Muitas decisões ruins não se apresentam como imprudência, mas como autonomia ou confiança excessiva na própria capacidade de compensar depois o que não foi feito agora. O problema é que as contas não se impressionam com narrativas. Elas apenas revelam resultados.

Ao fim da simulação, os números falam com clareza. Com a renda anual idêntica, com o mesmo esforço de poupança e até uma hipótese favorável à alternativa individual, a servidora que aderiu à Funpresp-Jud terminou o ano com mais patrimônio e menos imposto a pagar.

No fim, a matemática tem um defeito: ela não se deixa seduzir por palpites ou opiniões. Eu sei que reduzir o consumo, no presente, em nome de mais tranquilidade, no futuro, nunca é uma decisão simples. Mas convém lembrar: estamos vivendo cada vez mais. E, se existe uma fase da vida em que o dinheiro se torna especialmente importante, essa fase é a longevidade.

(31.03.2026)